



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA N.º 3/2009**

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO  
DE 2009: -----**

----- Aos vinte cinco dias do mês de Março do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão extraordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Luís Filipe da Silva Cainé, Fernando Manuel dos Santos Alves, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Pedro Nunes, Sara Raquel dos Santos Fresco, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

**----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----**

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou a falta dos senhores deputados Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Isabel Cristina Jorge e Albano Manuel da Rocha Lourenço. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram dezassete horas quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas. -----

----- Usou da palavra o Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro para, na sequência da convocatória presencial da reunião realizada no dia 23 de Março, dizer que foi entendido que se realizasse uma nova Assembleia que nos termos da interpretação da legislação em vigor era viável. -----

----- O Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, interveio para relativamente à questão da legalidade da convocatória, dizer que o requerimento da Assembleia, no caso de Assembleias Extraordinárias, dizia que a convocatória devia ser feita, no mínimo, com cinco dias de antecedência, mas que a Lei 169/99 de 18 de Setembro, no n.º2 do art.º 103.º, dizia que podia ser feita com dois dias de antecedência. Como a Lei prevalecia relativamente ao requerimento a convocatória estava legalizada.

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, disse que também tinham tido o cuidado de verificar a questão da legalidade da convocatória e tendo todos prescindido daquele prazo o problema estava sanado à partida. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Gabriel Pinho para dizer que, como todos sabiam, aquela Assembleia tinha sido adiada por falta de correspondência e que mais uma vez não tinha recebido qualquer documentação. Protestando por tal facto através de requerimento dirigido à Mesa, decidiu abandonar a sessão. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, relembrando que no final da sessão anterior tinha sido decidido e aceite por todos, para quem não tinha tido acesso à informação, seria disponibilizado um DVD e ainda, que os serviços tinham efectuado as cópias.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, dizendo que na sessão de 23 de Março tinha pedido que a documentação fosse fornecida em papel ao Sr. Gabriel Pinho.

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, interveio apenas para dizer que as afirmações que tinham sido feitas estavam todas correctas. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

---- **PONTO UM: “ Aprovação, do Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, em conformidade com a Lei n.º 65/2007, conjugada com o art. 4º da Resolução 25/2008 da Comissão Nacional de Protecção Civil ”.** -----

---- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, explicando que o documento do Plano Municipal tinha estado em discussão pública, já tinha passado pelos vários órgãos Municipais, tinha tido a aprovação de todas as entidades competentes e tinha sido elaborado e aprovado pela Comissão Municipal de Protecção Civil; que, era um documento que estruturava as operações de socorro e emergência nas suas várias vertentes, cumprindo a legislação; que, em função do plano já tinham sido feitas algumas acções de prevenção e sensibilização porque era um documento que para além de ser de diagnóstico e prognóstico, procurava apontar cenários minimizadores.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão começando por assinalar algumas incorrecções na documentação do Plano Municipal de Protecção Civil que lhe tinha sido enviado e reportando-se à página n.º 29, no ponto 2.2.3, 3.º parágrafo disse que só os ventos do quadrante “Sul” tinham uma certa implantação durante o Inverno e não os de “Este” como era referido; na página n.º 30, no ponto 2.3.1, 1.º parágrafo disse que não existia nenhum ponto cardinal com a designação de “nww” mas sim com a designação de “nnw”; na página n.º 37, no ponto 6.1.7, disse que não estava de acordo com o reforço dos esporões, que estaria de acordo se eles fossem destruídos; ainda na mesma página no ponto 6.1.8, disse que não estava correcto quando se referiam aos ventos predominantes de “Sul” porque, os ventos predominantes da costa ocidental eram do “Norte”.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Fernando Alves começando por referir que, no seu entender, o Plano tinha como objectivo dar a conhecer aquilo que o Concelho tinha de eventuais situações de perigo; que, na página 48 só eram referenciados os complexos existentes na zona industrial de Mira, na Freguesia do Seixo e mesmo assim faltavam alguns; que, existiam outros, talvez os de maior gravidade, que eram situações pontuais localizadas no Concelho e que não tinha visto qualquer referência, era o exemplo de três serrações, na Praia de Mira, na Freguesia de Mira e nos Carapelhos. Existiam também os Moveis Brasão na Lentisqueira, os Maçaricos e os Quitérios, que seria importante ficarem mencionados no Plano. Verificou que estavam mencionados pontos de gás e combustível para, que em situações de emergência pudessem recorrer mas, que se



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recordava de outros pontos críticos como o caso das escolas que tinham dois contentores de gás e não estavam ali focados e que as empresas que tinha enunciado anteriormente, certamente que também tinham. Disse que existia um rol de empresas que eram contactadas em caso de emergência e gostaria de saber qual tinha sido o critério porque tinha dado por falta de algumas empresas que também tinham potencialidades e que em situações de catástrofe podiam ajudar a minimizá-la. Terminou, referindo ainda que tinha detectado erros em alguns dos números de telefone e sendo aquele Plano uma base de trabalho para o ano de 2009, devia existir um critério mais rigoroso na sua elaboração. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego para, relativamente àquele documento, dizer que estava bastante satisfeito; que, do ponto de vista científico, estava muito bem elaborado e logicamente que as falhas que tinham sido detectadas eram para corrigir e não seriam difíceis de ultrapassar; que, na essência, o documento não se resumia àqueles erros, sugerindo que a folha onde estavam os contactos, fosse divulgada e fornecida para que outras pessoas pudessem ter acesso. Terminou dizendo que, segundo algumas informações, resultava de um erro da Carta Nacional de Registo do Risco Sísmico, em que Portugal não era contemplado mas, que tinha de haver algum cuidado e embora não pudesse aparecer naquele documento tinha de ser feita alguma referência até porque estavam próximos de dois sistemas de falhas, quer na zona de Quiaios, quer na zona do Vouga. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Interveio o Sr. Deputado Calisto de Oliveira Coquim, dizendo que estavam perante um documento bastante exaustivo, onde constava um conjunto de dados importantes, apresentando duas propostas de melhoria do documento relacionadas com a forma; que, o documento continha informação que podia ser actualizada a qualquer momento e estando apêndice ao documento assinado, não podia ser alterada sem seguir todos os trâmites necessários e que a segunda proposta estava relacionada com o papel das Juntas de Freguesia, que podiam ter mais responsabilidade no caso de catástrofes na sua área de influência.-----

---- O Sr. Deputado Carlos Monteiro, usou da palavra concordando com o Sr. Deputado Paulo Grego naquilo que tinha referido, relativamente ao grau sísmico. Quanto à questão dos esporões que já tinha sido referida pelo Sr. Deputado Carlos Milheirão, disse que também não concordava mas que era uma política nacional.-----

---- Tomou da palavra o Sr. Deputado Luís Lourenço, referindo que o Plano Municipal e todo o levantamento de dados faziam todo o sentido, porque para actuar em conformidade era necessário conhecer aquilo que existia no Concelho. Num plano mais concreto e já de actuação real, alertou para uma situação relacionada com o Gabinete Técnico Florestal - Sapadores Florestais, que faziam intervenções na floresta cortando algum mato e pequenos arbustos e muitas vezes aquele material não era retirado, podendo tornar-se uma má experiência para o próximo Verão. Disse ainda que deviam verificar como é que aqueles serviços eram realizados. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos, reforçando o carácter da melhoria contínua que devia ser exigido ao documento e pedir esclarecimento relativamente à legislação que estava na base do Plano Municipal de Emergência, porque tinha conhecimento de alguma problemática relativamente à lei que regia o documento, nomeadamente na nomeação dos comandantes municipais.-----

---- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, explicando que aquele era o 1.º Plano naquela legislação, mas que já era o 4.º Plano Municipal; que, aquele tinha um enquadramento ligeiramente diferente porque havia a constituição de uma Comissão Municipal que lhe dava sustentáculo. Em resposta ao Sr. Deputado Calisto Coquim, disse que as Juntas de Freguesia eram menos integrantes no Concelho Municipal porque no regulamento que tinha sido ali aprovado, decidiram convidar todos os Presidentes de Junta de Freguesia como membros de pleno direito, porque eram pessoas conhecedoras do terreno. No que dizia respeito à questão do Comandante Operacional, disse não fugir à questão e confessou que o aborrecia, as decisões de alguns colegas seus, membros de Executivos Municipais e membros da Associação Nacional de Municípios que votavam contra, enquanto dirigentes da Associação Nacional e enquanto Presidentes de Câmara, eram os primeiros a nomear os comandantes; que, tinha de haver uma postura uniforme. Continuando, disse que tinham criticado a questão do Comandante Operacional por ser mais uma estrutura intermédia que podia vir complicar, mas que no seu entendimento era organização de um serviço municipal de Protecção Civil, em que nalguns casos era o Comandante dos Bombeiros, noutros eram os próprios Vereadores e aquilo que a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Associação tinha criticado era o facto de eles poderem ter um vencimento equivalente a um Vereador. Disse ainda, que o Comandante que tinha sido escolhido, tinha sido nomeado depois de ter sido referendado por unanimidade na Comissão Municipal, abdicando de todo e qualquer vencimento adicional, era um técnico da casa, Dr. Ângelo Lopes que já tinha sido Coordenador do Serviço Municipal de Protecção Civil e que recebia apenas o vencimento a que tinha direito como técnico superior, na área em que desempenhava as funções. Quanto à melhoria contínua, disse que era um documento perfeitamente aberto, em que todos os anexos eram alteráveis, sem necessidade de ir aos órgãos, porque eram baseados em cartas de risco. Relativamente à questão dos contactos desactualizados, disse que todos tinham sido verificados no final do ano 2008, mas se alguém verificasse que havia alguma alteração nos contactos, tinham a responsabilidade civil e cívica de informar dessa alteração. Agradeceu as correcções do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Carlos Milheirão e na questão dos esporões, disse que também concordavam com a sua opinião, mas que tinham de ser contemplados no documento porque eles estavam lá e estavam também num documento estratégico nacional e que não podiam ser retirados por iniciativa municipal. Quanto à intervenção relativamente às zonas industriais, disse que aquilo que tinham considerado, foram complexos industriais porque indústrias individuais, eram consideradas individuais, porque tinham riscos próprios e não eram potenciados pela vizinhança de outras fábricas. Quanto ao gás das escolas disse que, naquele momento, todas as escolas tinham planos de emergência aprovados. Terminou, dizendo que aquele plano tinha sido





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feito em tempo recorde e exclusivamente dentro da casa; que, o investimento que a Câmara tinha feito ao longo dos anos em sistemas de informação geográfica e cadastro também ali estava provado, que tinha sido um investimento e não um custo. Relativamente à questão do risco sísmico, disse que existia uma carta nacional em que não podia haver desarticulação com documentos nacionais, ainda que tivessem interpretações diferentes, tinham que se basear sempre naquilo que eram as Cartas Nacionais. Na questão de os Presidentes de Junta terem mais poder, em vez de estar tão centralizado no Presidente da Câmara, disse que a legislação era muito assertiva e que era o Presidente da Câmara o responsável em primeira e última instância, pelo Plano e pela sua actualização. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Luís Lourenço, disse que a Brigada de Sapadores Florestais do Gabinete Florestal de Mira, não deixava no terreno os resíduos que cortava, podia deixar um ou dois dias, mas que era rapidamente retirado e que muitas vezes também andavam a operar no Concelho, em serviço público, outros sapadores da região ou os sapadores da Autoridade Florestal Nacional. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Lourenço, para relativamente à questão dos sapadores dizer que tinha o exemplo de restos de material que tinha sido cortado e deixado no local entre a Lagoa e Praia de Mira. -----

---- O Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos, usou da palavra agradecendo a explicação do Sr. Vereador e disse que quando se referiu aos Comandantes de Protecção Civil não estava a referir-se a vencimentos nem ao Comandante de Protecção



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, mas relativamente às competências para que houvesse uma dinâmica clara e agilidade no terreno, para que as coisas funcionassem. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Fernando Alves, para dizer que no passado recente tinha existido um simulacro no Concelho e tinha tido informação de que tinha morrido uma pessoa e tinham ficado mais quatro feridas e que gostaria de ter informação mais concreta. Reportando-se ao documento, disse que existia um conjunto de nomes que eram funcionários da Câmara e que alguns eram nomes soltos e não sabia qual a sua função, porque o cidadão não tinha que conhecer a pessoa mas sim o local que ele ocupava. Terminou com a informação de que também existia uma unidade hoteleira designada Santa Zita. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão e relativamente à questão que já ali tinha sido abordada dos cortes de mato, disse que tinha colocado a questão a um guarda-florestal o qual lhe tinha respondido que a nível de propagação de incêndios era preferível que os matos ficassem assim no chão do que ficarem em tufos de acácias ou outros matos, provocando o incêndio dos próprios pinheiros.-----

---- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, que relativamente à intervenção anterior disse que a teoria daquela questão era exactamente aquela, mas como estavam numa zona turística, para além de poder ser uma boa forma de não propagar o incêndio, era melhor se lá não estivesse e quando não existiam meios era melhor cortar do que deixar estar como estava. Acrescentou que a Autoridade Florestal Nacional tinha duas medidas em que uma contemplava o corte e outra a retirada; que, uma tinha ficado sem



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verbas e passaram só a cortar, deixando lá ficar tudo o resto. Quanto à questão dos contactos, disse que aqueles contactos estavam na posse dos Srs. Deputados Municipais porque tinham um Plano, com todos os contactos, para aprovar; que, não era aquela lista de contactos que iria para o público, existiam números de Protecção Civil que as pessoas deviam ligar para que depois fossem accionados os meios. Quanto ao simulacro, disse que não tinha sido uma responsabilidade da Câmara Municipal, mas da Autoridade Nacional de Protecção Civil e da Comissão Distrital de Segurança Rodoviária, que estavam a promover por todo o distrito. Mais, disse que não tinha havido nenhum morto, apenas cinco feridos, três dos quais graves mas que estavam todos bem de saúde. Terminou, esclarecendo que existia o Comandante Operacional Municipal que era a tal figura criada pela lei e o Comandante da Protecção Civil de Mira que era o Sr. Presidente da Câmara. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo o ponto sido **aprovado por unanimidade.** -----

---- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

---- O Sr. Deputado Dr. Miguel Mingatos, no uso da palavra disse que tinham votado a favor da necessidade do Plano Nacional de Emergência, esperando que nunca fosse necessário activá-lo e que o documento fosse sujeito a uma melhoria contínua e às actualizações, consoante as circunstâncias e as novidades que fossem surgindo. -----

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, leu uma informação do Sr. Presidente da Câmara dando conhecimento, que apesar de todos os esforços feitos, nem ele nem o Sr. Vice-Presidente podiam estar presentes naquela Sessão em virtude de uma reunião com



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Ministro do Ambiente e Ordenamento, prendendo-se com financiamentos do QREN, sendo que o executivo estaria representado pelos senhores Vereadores Dr. Miguel Grego e Dr.<sup>a</sup> Sandra Pereira.-----

**---- PONTO DOIS: “Aprovação, nos termos do disposto no n.º 8, do artº.77º., conjugado com o artº. 79º. Do D.L. nº. 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção, da alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira Pólo II”.**

---- No uso da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, explicou que aquela alteração tinha sido feita porque, com o contacto com os empresários que já tinham terrenos atribuídos no Pólo II e com aqueles que se queriam instalar, perceberam que havia necessidade de fazer algumas alterações àquilo que era o regulamento da Zona Industrial Pólo II e que era necessário expandir a própria Zona Industrial; que, ao fazer a Variante Norte tinha havido necessidade de expropriar alguns terrenos, alguns deles adjacentes à Zona Industrial e tinha havido possibilidade de ampliar a zona do Plano Pormenor do Pólo II, enumerando algumas das principais alterações. Disse que o plano tinha cumprido todos os requisitos legais, encontrando-se em condições de ser submetido a aprovação da Assembleia para posterior publicação em Diário da República e emissão dos alvarás de construção das empresas da 1.ª fase.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, questionando qual o motivo ou impedimento de algumas empresas que já tinham pago cerca de 50%, há dez anos, pelos lotes ainda não poderem construir e já lá existir uma outra empresa com o seu pavilhão construído. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, no uso da palavra, respondeu que aquela empresa tinha aceite cumprir as regras do regulamento em vigor e as outras não.-----

----- Procedeu-se à respectiva votação tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

---- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul para dizer que todos desejavam que aquele problema da Zona Industrial fosse resolvido, quanto antes. -----

---- **PONTO TRÊS: “Aprovação, nos termos do artº. 22º do D.L. nº. 197/99, de 08 de Junho, conjugado com as disposições contidas no D.L. nº. 54-A/99 de Fevereiro, da 2.ª Alteração Orçamental e 2.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2009”.** -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, usou da palavra para explicar que o motivo da alteração era, porque uma parte da obra do saneamento do Casal de S. Tomé e Carromeu iria transitar para o ano de 2010, libertando uma verba que tinha sido afectada a uma outra rubrica que era a questão dos “bungalows”. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, para dizer que não concordava, ao fim de três meses e tendo como principal argumento de que ia haver um pagamento para o próximo ano, que fossem retiradas verbas; que, aquilo que a Câmara Municipal estava a fazer era assumir um compromisso para o ano seguinte, em que podia ser aquele ou não o executivo a cumprir aquele mesmo compromisso. Mais, tinha sido ali bem explicito que a grande aposta do executivo para aquele ano seria no saneamento e essa



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aposta devia ser continuada e não existir verba excedente quando se tratava de saneamento; que, na primeira oportunidade que tinha havido para fazer uma revisão, o que se fazia era cortar numa rubrica do saneamento, questionando ainda qual o motivo da retirada de verbas daquela rubrica e não de outra. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Lourenço, começando por referir que aquela questão já vinha de uma de Assembleia anterior, e que os números faziam-no questionar outra vez; que, se já existia um verba de 800.000,00 euros, para a construção daquelas unidades de alojamento e iriam ter mais um reforço de 132.000,00 euros, questionou, mais uma vez, que tipo de gestão queriam fazer do Parque de Campismo para rentabilizar aquele investimento. -----

---- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, referindo que o Sr. Deputado Filipe Barreto não tinha percebido a questão; que, passava para o ano seguinte a imputação dos custos porque também passavam os trabalhos, em que o prazo de execução era de 15 meses. Relativamente à questão do saneamento ter sido aposta do executivo, disse que a grande diferença era, que diziam que era uma aposta mas faziam, outros diziam que era importante e não faziam nada. Quanto à questão dos “bungalows” disse que a obra tinha sido adjudicada no valor de 1.090.000,00 euros e quanto ao modelo de gestão estava pensado, já tinha sido estudado e já havia indicações de qual o modelo mais credível, mas que para já, não o queria dar a conhecer porque teria de seguir alguns trâmites. Disse ainda, que aquele reforço destinava-se a mais valias que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não estavam inicialmente previstas, para que fosse uma unidade complementar de apoio de referência.-----

----Novamente, o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para dizer que se existia aquele dinheiro de sobra, que fosse investido em saneamento noutras localidades como na Presa e Carapelhos. -----

---- Em resposta, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego disse que para o próximo executivo, para além dos encargos, iria também passar 60% de financiamento que já estavam aprovados. Mais disse que no âmbito do saneamento estavam a fazer um documento de enquadramento estratégico onde iria constar como, quando e de que maneira iria ser feito o saneamento para que o Concelho ficasse em condições minimamente aceitáveis.

----- Seguiu-se a votação tendo sido o ponto **aprovado por maioria**, com oito votos contra do PSD e doze votos a favor do PS e do MEL. -----

---- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, para dizer que o voto contra devia-se à questão de serem retiradas verbas que estavam para ser aplicadas no saneamento e não serem novamente destinadas ao saneamento que era uma necessidade básica do Concelho.-----

---- **PONTO QUATRO: “Autorização, nos termos da alínea d), do nº. 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para contratação de empréstimo”.** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o sr. Vereador Dr. Miguel Grego que começou por dizer que não se sentia muito à vontade para falar sobre a questão, por ser demasiado técnica e não ser aquela a área da sua especialidade. Ainda assim, procurou fazer uma síntese daquilo que estava a ser proposto à Assembleia Municipal, começando por dizer que, atento o momento de crise que o país atravessava, deveriam ser envidados todos os esforços no sentido de que as dívidas existentes, sobretudo às pequenas e médias empresas, fossem sanadas o mais depressa possível, procurando-se, a todo o custo, garantir alguma viabilidade aos empresários, no sentido de se evitar a decadência e o fecho das empresas; que, nesse sentido, o próprio Estado tinha desencadeado mecanismos que punha à disposição das autarquias, para amenizar as situações existentes e criar alguma sustentabilidade aos fornecedores, no intuito dos mesmos poderem prosseguir as suas actividades; que, o empréstimo em causa visava saldar a dívida a curto prazo e salvaguardar a autarquia da enorme pressão que estava a ser exercida por terceiros, sobretudo os pequenos e médios fornecedores, sendo igualmente intenção reduzir o encargo financeiro decorrentes da dívida, sendo que o juro a suportar pela contracção do empréstimo, seria substancialmente inferior à taxa legal de juros de mora praticada, para além de outras vantagens associadas à modalidade de empréstimo que se pretendia contratar. Lembrou que, anteriormente, na reunião do Executivo e apesar das críticas feitas pelos senhores Vereadores da oposição, a proposta tinha sido aprovada por unanimidade, sendo aquele um sinal de que, sempre que estavam em causa assuntos importantes e estruturantes para o concelho, todos estavam irmanados do mesmo





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espírito. Mais disse que o dinheiro do empréstimo não se destinava a ser gasto em novas obras, nem para endividar mais a autarquia em ano de eleições, para além de que, no momento presente, o Município de Mira era até credor do Estado em milhares de euros, uma vez que não tinham sido ainda transferidas muitas das verbas provenientes de comparticipações, que estavam a provocar falta de liquidez da tesouraria e que algumas delas só seriam disponibilizadas após o município saldar a sua contrapartida. Dessas comparticipações em falta, salientou a verba de cerca de seiscentos e cinquenta mil euros para as obras do Parque de Campismo, da Variante Sul, trezentos e cinquenta mil euros, da Lota mais de trezentos mil euros, do Estádio Municipal cento e cinquenta mil euros, do projecto “+Maria”, trinta mil euros, transportes escolares e alimentação setenta mil euros, pelo que a débil situação financeira da Câmara Municipal também era devida aos atrasos que o próprio Estado tinha para com a autarquia, daí que o empréstimo fosse importante não só para poder criar uma situação mais desafogada para os fornecedores da Câmara Municipal mas também para que fossem fechadas as contas de algumas obras para poder ser recebida a contrapartida que era devida. -----

----- Seguiu-se a intervenção do sr. deputado Dr. Miguel Mingatos que disse que relativamente ao empréstimo em questão, o mesmo não era preocupante quanto à constituição de dívida, uma vez que praticamente se tratava de uma transferência da dívida dos fornecedores para a banca, em situações excepcionais; que, o que o preocupava era que tudo aquilo evidenciava uma incapacidade do município de fazer face aos compromissos assumidos, conclusão essa que também já tinha sido retirada dos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

debates do orçamento e não era por alta de alerta, da parte da oposição, que a questão se tinha tornado uma surpresa, porquanto sempre tinham chamado à atenção para ao empolamento dos orçamentos, no sentido de que as receitas não eram tão reais como iriam ser as despesas; que, poder-se-ia perguntar se seria correcto contrair um empréstimo, apesar das boas condições propostas, uma vez que eram transferidas algumas preocupações para executivos seguintes. Reportou-se depois à proposta aprovada em reunião de câmara e questionou qual o motivo porque não tinha sido fornecida a lista de credores referida na citada proposta. -----

----- Também o sr. deputado Carlos Milheirão questionou relativamente à falta de disponibilização da lista de credores, até porque, disse, pretendia certificar-se se da mesma constava uma empresa da Praia de Mira (Construções Carlos Gil) pois, tanto quanto sabia o problema continuava por resolver, enquanto que em outros processos, de outras pessoas mais poderosas, tudo tinha sido feito para se chegar a uma resolução. ----

----- O sr. deputado Dr. Raul de Almeida disse que se iria aprovar um empréstimo destinado a pagamento de dívidas a fornecedores, constantes de uma determinada lista, a qual desconheciam, tendo sido feito um pedido de um milhão e quinhentos mil euros, tendo esse montante sido reduzido, pelo que pretendia saber quais os fornecedores que tinham sido retirados da lista e com base em que critério; que, para além disso, na data da candidatura o valor da dívida reportava-se à data de 30 de Junho de 2008, não sendo vedado o pagamento de dívidas contraídas posteriormente àquela data, pelo que, ainda que tivessem conhecimento da lista, ela carecia de uma actualização. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Na resposta, o sr. Vereador Dr. Miguel Grego disse que não existia qualquer lista, sendo que esta apenas seria entregue à entidade bancária, aquando da celebração do contrato e seria feita de acordo com as instruções que viriam a ser emanadas pela DGAL e pela DGTF; que, entendia ele que, não sendo possível pagar a todos os fornecedores, deveria ser feito o rateio pela maioria, todavia, outras instruções ainda poderiam vir a ser dadas por aquelas duas entidades e a Câmara Municipal teria que proceder em conformidade.-----

----- Quanto à questão levantada pelo sr. deputado Carlos Milheirão, a propósito do problema existente com a firma “Carlos Gil”, disse que não sabia dar resposta.-----

----- No tocante à afirmação do sr. deputado Dr. Miguel Mingatos, relativamente à transferência de dívida para a banca, disse que assim era e em condições muito mais vantajosas, pelo que o município deveria aproveitar a oportunidade, ao invés de continuar a adoptar outras alternativas com condições mais prejudiciais, como era o caso dos factorings, a que a maioria das entidades recorriam. Quanto à questão de se estar a hipotecar o futuro, lembrou que, anteriormente, tinha sido aprovado o recurso a empréstimos diferidos no tempo, por 10 ou 20 anos e tinham sido aprovados por unanimidade pelos representantes dos mesmos partidos que agora mostravam algumas reservas em aprovar a proposta actual. Já quanto à questão de se saber como se poderia salvaguardar, no futuro, que situações como a actual não se repetissem, disse que, em seu entender, a solução passava pela execução de obras com o devido financiamento salvaguardado. Mais disse que uma verba muito substancial, de mais de metade dos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

montantes atribuídos ao Município de Mira, no âmbito do QREN, tinham sido deixados para obras do 2º. período daquele programa, o que era o mesmo que dizer, para o próximo executivo, enquanto que o actual, ao iniciar funções, não tinha qualquer obra financiada pelo 3º. QCA, em execução ou aprovação. -----

----- O sr. deputado Dr. Miguel Mingatos insistiu que era conveniente que fosse dado conhecimento da referida lista, para que todos pudessem votar conscientemente. Quanto à falta de obras financiadas pelo 3º. QCA, no anterior executivo, disse que desconhecia, no entanto lembrou a AIBAP, em que a principal participação era da Câmara Municipal e era das maiores participações ao nível daquele quadro de apoio comunitário, assim como lhe parecia que existia um projecto para uma casa da criança que, segundo lhe parecia, também tinha candidatura aprovada.-----

----- No seguimento do que tinha sido dito pelo sr. Vereador Dr. Miguel Grego, o sr. deputado Raul Almeida disse que só lhe restava concluir que a proposta apresentada é que estava mal feita e seria importante saber-se quais as dívidas a fornecedores existentes no momento e também quais eram esses fornecedores e a data do vencimento das respectivas facturas.-----

----- O sr. Vereador Dr. Miguel lamentou que estivesse a perder tempo a tentar justificar a proposta apresentada, pois reconhecia que não iria conseguir convencer os senhores deputados da oposição a tomarem uma posição diferente daquela que já tinham preparado, estando apenas a fazer uso de um pormenor para justificar a decisão previamente já tomada, minorando a essência do problema. Quanto à referência à



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AIBAP, disse que não pretendia falar sobre o assunto enquanto não estivesse a situação da associação completamente legalizada e sobre a casa da criança disse que a ideia que tinha era de que existia um contrato-programa e não comparticipação do 3º. QCA. -----

----- Nesta altura, era, cerca de 18:40 horas, ausentou-se o deputado sr. Luis Filipe Barreto. -----

----- Seguidamente, o sr. deputado Dr. Raul Almeida apresentou um requerimento à mesa, solicitando, em nome dos deputados do PSD, que fossem fornecidos pelo Executivo Municipal os seguintes elementos, à presente data: o valor actual da dívida a empreiteiros e fornecedores, discriminando quais as empresas credoras; as datas de vencimento das facturas; o valor da dívida da Câmara Municipal com associações culturais e desportivas; qual o montante não contabilizado, mas efectivamente em dívida e que aguardava o processamento por parte da contabilidade, ou seja, as facturas ainda não conferidas mas que constituíam dívidas reais. Mais requereu que a informação fosse dada dentro dos prazos legais estabelecidos. -----

----- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego respondeu que o relatório dos serviços apresentado na presente sessão, continha já explicitado o endividamento do município e respondia, em grande parte, à solicitação feita pelo sr. Dr. Raul Almeida, porquanto continha o cálculo do endividamento líquido à actual data, a dívida a fornecedores, endividamento a longo prazo, etc. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O sr. deputado Dr. Raul Almeida disse que só aquela informação não era suficiente, porquanto pretendiam uma informação mais minuciosa, fornecedor a fornecedor, com indicação da data de vencimento de cada factura e montantes devidos.-

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra e disse que ficava a aguardar o envio da petição que, posteriormente, encaminharia para a Câmara Municipal, no sentido de ser dada uma resposta. Todavia, disse, a solicitação feita em nada relevava para o ponto em análise, outrossim seria uma matéria importante para discutir no período de “Antes da Ordem do Dia”, o que, na presente reunião, por ser de carácter extraordinário, não tinha cabimento.-----

-----Interveio o deputado sr. Narciso Patrão para dizer, a propósito da referida lista de credores, que era seu entendimento que não deveria ser dada publicidade no exterior do nome das firmas credores e dos montantes correspondentes a cada uma, pois achava que, certamente, existiriam credores que não iriam gostar de ver essa lista divulgada. ---

----- O sr. deputado Carlos Milheirão, relativamente à questão por si colocada sobre o problema existente com a firma “Carlos Gil”, à qual o sr. Vereador Dr. Miguel Grego não tinha sabido dar resposta, solicitou que fosse averiguado o assunto e lhe fosse transmitida uma resposta. -----

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia sugeriu que a Câmara Municipal ponderasse a divulgação ou não da lista de credores para utilização, que não utilização reservada, da Assembleia Municipal, pese embora toda a informação fique espelhada na conta de gerência que será do conhecimento geral. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não tendo havido mais intervenções, seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com 13 votos a favor (dos deputados do Partido Socialista e do deputado do MEL) e 7 votos contra (dos deputados do PSD).-----

----- **Declarações de voto:** -----

----- O sr. deputado Dr. Miguel Mingatos, declarou que o PSD tinha votado contra pelo facto de não terem sido tomados em conta os inúmeros alertas aquando da aprovação dos orçamentos, nada tendo sido feito para resolver o problema da incapacidade do município para angariar receitas para fazer face aos compromissos, por ser aquele mais um acto de empurrar a dívida, que hoje era de curto prazo, para um termo muito posterior, até para além de outros executivos; por não ter sido facultado o acesso à lista de credores, ainda que fosse uma lista de intenções de pagamento no âmbito daquele empréstimo e porque não tinham sido demonstradas medidas concretas para reduzir o prazo médio de pagamentos no futuro e obviar às consequências que poderá ter o não cumprimento das normas naquele capítulo. -----

-----O sr. deputado Carlos Milheirão declarou que tinha votado a favor, por estar consciente e ter conhecimento de pequenos e médios fornecedores da Câmara Municipal de Mira e também de outras câmaras do país, que entravam em processo de falência, devido às dívidas desses municípios e também porque tinha a expectativa de que o problema com a tal firma da Praia de Mira fosse resolvido com a contracção do empréstimo.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezanove horas da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

---

---

---